

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Notícias Gerais

Período de Análise: 01/02/2015 a 28/02/2015

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Aliado de ruralistas, Eduardo Cunha receberá índios nesta quarta. Bernado Mello Franco – Folha de São Paulo, Poder. 03/02/2015	3
Por que falta água na Cantareira. Eduardo Assad e Roberto Rodrigues – O Estado de São Paulo, Economia e Negócios. 04/02/2015.....	3
Será difícil exigir entrega de água que não existe, diz ministro do STJ. Beatriz Bulla e Talita Fernandes – O Estado de São Paulo, São Paulo. 07/02/2015.....	4
Governo prepara três leilões de biomassa a partir de abril, afirma Kátia Abreu. Victor Martins – O Estado de São Paulo, Economia e Negócios. 09/02/2015.....	6
Ministro e parlamentares discutem políticas públicas para agricultores, assentados e comunidades tradicionais. Ranyelle Andrade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 10/02/2015	7
Trabalhadores rurais do setor sucroalcooleiro fecham pauta para negociar Convenção Coletiva – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 25/02/2015	7
Fumageiras desmancham setor, denuncia FETAG-RS – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 26/02/2015.....	8
FETRAF/ BRASIL realiza oficina para qualificar e ampliar as ações de Crédito Fundiário – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (FETRAF). 26/02/2015	9
FETAG-RS manifesta posição sobre paralisação dos caminhoneiros – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 26/02/2015 ...	10
Miguel Rossetto, Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, recebe a FETRAF/BRASIL – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 27/02/2015.....	11
Pesquisas para agricultura familiar são apresentadas em evento da CONTAG. Dulcivania Freitas – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 27/02/2015.....	11

Aliado de ruralistas, Eduardo Cunha receberá índios nesta quarta. Bernardo Mello Franco – Folha de São Paulo, Poder. 03/02/2015

O novo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), receberá nesta quarta (4) um grupo de índios caiapós.

Ligado à bancada ruralista, ele ouvirá apelos contra a retomada de uma proposta de emenda constitucional que transfere do governo para o Congresso o poder de demarcar terras indígenas.

Para indigenistas, isso traria a criação de novos territórios, devido à força do lobby agrícola em Brasília.

Cunha foi eleito com apoio maciço dos deputados ligados ao agronegócio. Ele próprio se filiou à Frente Parlamentar da Agropecuária no último dia 31, na reta final da campanha para presidir a Câmara.

Cerca de 50 índios estão em Brasília desde a segunda-feira (2) para protestar contra a proposta de emenda constitucional. Eles dizem que o possível desarquivamento será uma "declaração de guerra" aos povos indígenas.

O encontro com Cunha foi articulado pelos deputados Nilto Tatto (PT-SP) e Chico Alencar (PSOL-RJ). O presidente da Câmara deve receber os caiapós às 15h.

Por que falta água na Cantareira. Eduardo Assad e Roberto Rodrigues – O Estado de São Paulo, Economia e Negócios. 04/02/2015

É necessário recuperar a vegetação nas áreas de nascentes e cursos d'água ao invés de apenas fazer obras de engenharia, defendem os especialistas Eduardo Assad e Roberto Rodrigues

Em meio a tantas notícias ruins, como queda da Bolsa, falta de água, falta de luz, eis que das montanhas de Minas Gerais surgem notícias razoavelmente boas. A água voltou a brotar nas nascentes no alto da serra da Mantiqueira, nos municípios que alimentam o rio Jaguari, principal fornecedor de água para a Cantareira.

O problema é que ainda não tem volume nem força para percorrer 100 quilômetros e encher os reservatórios do Sistema Cantareira em Bragança Paulista e Joanópolis, em São Paulo. Mas é a natureza nos indicando que se preservarmos ela reage.

Nos últimos 500 anos desmatamos as nascentes e as áreas ao longo dos rios que nos abastecem de água. No passado, Minas Gerais e São Paulo brigaram por causa do ouro: foram guerras localizadas e sangrentas, todas para atender a corte. Hoje o ouro é a água. E vindo também de Minas Gerais, de Municípios que adotam políticas de preservação dos seus rios, como o município de Extrema. Não poderia ser diferente: preservou, choveu e a água brotou.

Mas, por que não brota nos outros oito municípios paulistas que compõem a região da Cantareira?

A resposta é simples. O desmatamento no passado foi muito grande. Enquanto nos preocupávamos, com razão, com os impactos do desmatamento na Amazônia, nos esquecemos de cuidar do quintal de casa.

Permitimos a expansão urbana desenfreada, impermeabilizamos os solos, cortamos as árvores e reduzimos a infiltração da água que alimenta o lençol freático.

Aumentou a erosão e as enchentes se multiplicaram. As mudanças climáticas explicam em parte a maior frequência de ocorrência de chuvas intensas nos últimos anos.

Mas o maior o problema foi a redução dramática da vegetação em torno das nascentes e dos cursos d'água. Nos 12 municípios que estão em volta da Cantareira, quatro estão em Minas Gerais e oito em São Paulo: Itapeva, Camanducaia, Sapucaí-Mirim e Extrema em Minas Gerais e Bragança Paulista, Vargem, Joanópolis, Piracaia, Nazaré Paulista, Mairiporã, Franco da Rocha e Caieiras, em São Paulo.

Em todos eles a situação é alarmante. Estudos da Embrapa com a Fundação Getúlio Vargas indicam que são mais de 8.100 km de rios e córregos com menos de 10 metros de largura não protegidos, em 34 mil hectares desmatados.

Existem diversos exemplos no Brasil mostrando que a simples revegetação promove a volta da água. Para iniciar essa recuperação na Cantareira serão necessárias milhões de mudas de espécies nativas da Mata Atlântica. Muitas são conhecidas e bem estudadas. E em São Paulo estão as maiores empresas capazes de indicar as espécies e produzi-las. Pena que nada foi feito. Enquanto isso, só se fala em buscar água daqui e de acolá, e em obras de engenharia.

Nova York passou por problemas parecidos. Preservou as nascentes nas áreas mais altas e revegetou as áreas de preservação permanente. Atuou diretamente naquilo que é conhecido como segurança hídrica, que é manter o ciclo hidrológico funcionando, preservando as funções hídricas da biodiversidade.

Em 17 de março de 1537, Duarte Coelho, Governador de Pernambuco, enviou requerimento à câmara de vereadores de Olinda, proibindo o corte de todas as madeiras ao redor dos ribeiros e das fontes sob pena posta em regimento. Também proibiu que os colonos jogassem lixo nos rios e nas aguadas. Temos história! Acorda Brasil! Acorda São Paulo!

** Pesquisador da Embrapa e Pesquisador Visitante da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas*

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente da Academia Nacional de Agricultura SNA e ex-ministro da Agricultura*

Será difícil exigir entrega de água que não existe, diz ministro do STJ. Beatriz Bulla e Talita Fernandes – O Estado de São Paulo, São Paulo. 07/02/2015

BRASÍLIA - Em meio à crise hídrica enfrentada por vários Estados brasileiros, o especialista em direito ambiental e ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Herman Benjamin, afirma que o Brasil está “muito bem na fotografia legislativa”, mas

“pessimamente na fotografia da implementação” das leis. Ele afirma que a Justiça pode ajudar a controlar a crise hídrica enfrentada no País, mas dificilmente conseguirá exigir que os governos forneçam água aos consumidores, se ela não existir.

Como o consumidor pode garantir acesso à água na Justiça? Pode haver responsabilização dos entes públicos?

O Código de Defesa do Consumidor (CDC) não foi pensado - e eu sou um dos redatores da lei - para situações de crises existenciais. O CDC vai resolver casos pontuais: o hospital que está sem água, por exemplo. Mas não será fácil ao Poder Judiciário determinar à administração pública que entregue água que não existe. O Judiciário não pode atribuir efeitos a situações impossíveis. A atuação do Judiciário vai ser muito mais na perspectiva macro de fiscalização da atuação ou da omissão dos administradores públicos. É bom lembrar que a Sabesp, em São Paulo, na década de 1990, resistiu muito e brigou muito contra as ações civis públicas dos promotores ambientais que buscavam assegurar judicialmente o tratamento do esgoto in natura que era despejado nos cursos d'água paulistas. Uma absoluta falta de visão. Isso não é só São Paulo. Falta de visão ou sensibilidade para a questão hídrica é um fenômeno nacional. Se as empresas não tivessem resistido judicialmente, até o STJ, nós hoje certamente teríamos um pouco mais de água e não, como ainda continuamos, com rios que são verdadeiro esgoto a céu aberto. Aqui no STJ temos julgado várias ações.

Como o STJ entendeu isso?

A forma de resolver o problema - se vai ser estação de tratamento e as tecnologias adotadas -, a administração decide. Agora, o que a Constituição e a lei não permitem é que esgoto in natura seja jogado nos cursos d'água.

Qual a avaliação da legislação de proteção a recursos hídricos?

O Brasil está muito bem na fotografia legislativa. Somos um dos poucos países do mundo a ter uma legislação rigorosa, com todas as suas falhas e defeitos, protegendo a vegetação e a ligando à água. Além disso, temos uma legislação de recursos hídricos e somos um dos poucos países do mundo a ter uma política de mudanças climáticas extremamente moderna, que poucos conhecem.

E por que estamos enfrentando os problemas atuais?

Estamos muito bem na fotografia legislativa e péssimos na da implementação. A implementação da legislação de recursos hídricos exige dois valores que estão um pouco em falta: primeiro, coragem política; segundo, orçamento mesmo. Basta ver o orçamento dos órgãos ambientais e mesmo das agências de recursos hídricos. Mas a evolução do direito ambiental se faz por saltos, que se associam a crises.

Acredita que podemos dar um salto neste momento?

Não tanto na perspectiva legislativa, mas no plano da implementação. Mesmo no âmbito das leis que nós temos há ajustes que precisam ser feitos.

Por exemplo?

O novo Código Florestal prestou um enorme desserviço ao Brasil quando retirou a proteção de toda e qualquer nascente, que estava no texto de 1965, e colocou no lugar a proteção só das nascentes permanentes. É um tiro no pé. Quando nós debatemos o Código Florestal, a crise hídrica não estava posta. Suspeito que, se estivesse, essa redução no grau de proteção das nascentes brasileiras não teria sido aprovada.

Quais são as tarefas do Congresso Nacional no momento?

Primeiro, aperfeiçoar a legislação existente nas falhas que apresenta ao proteger os recursos naturais. Segundo, aperfeiçoar a lei no que tange aos mecanismos de implementação. Por exemplo: prevendo formas mais rápidas de responsabilização do mau administrador público no campo dos recursos hídricos. Isso se aplica também à legislação penal, porque as sanções para poluição de águas no Brasil são risíveis, das mais baixas do mundo. Em terceiro lugar, o parlamento pode provocar a articulação horizontal e vertical da administração. Vertical com União, Estados e Municípios; e horizontal, entre os vários órgãos.

O que pode ser feito na área legislativa contra desperdício?

O Congresso pode modernizar a legislação no que tange ao uso doméstico quanto ao uso agrícola e industrial. No agronegócio, podem ser feitos estudos para dizer se o consumo de determinada propriedade está proporcional à média daquela região. E, para quem consumir mais, o crédito não será tão fácil. Você cria mecanismos premiaiais, uma vez que a agricultura brasileira é completamente subsidiada, para aqueles produtores que se preocupam em economizar água. O grosso da água consumida no Brasil é agrícola.

Governo prepara três leilões de biomassa a partir de abril, afirma Kátia Abreu. Victor Martins – O Estado de São Paulo, Economia e Negócios. 09/02/2015

Leilões para produção de energia com fontes alternativas terão contratos de 20 anos e estão programados para abril e julho

A ministra da Agricultura, Kátia Abreu, fez nesta segunda-feira, 9, um balanço do primeiro mês a frente da pasta. Ela afirmou que o governo prepara três leilões de biomassa a partir de abril (leilão de fontes alternativas). A fala dela ocorreu durante conversa com jornalistas na sede do ministério, em Brasília. Ela disse que os contratos serão de 20 anos.

O primeiro leilão será em 24 de abril com geração de energia programada para começar a partir de janeiro de 2016. O segundo, chamado de A5, será em 30 de abril com geração a partir de janeiro de 2020. O terceiro leilão será em 24 de julho, com geração para janeiro de 2018. A divisão foi feita, segundo a ministra, porque há usinas que já têm capacidade de ofertar energia no curto prazo. Outras, em contraponto, ainda precisam fazer adaptações.

Kátia Abreu afirmou também que sua equipe entrou em contato com a embaixada da China para marcar uma missão ao país asiático. O objetivo é negociar a abertura de novas plantas de frigoríficos com autorização para exportar carnes. "Estamos

trabalhando com o embaixador para que possamos ter um mecanismo mais ágil para liberar essas plantas", disse.

A ministra afirmou, ainda, que está em contato com Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) para implementar um programa de combate à Aftosa na América do Sul. "Convidamos a FAO para entrar nessa empreitada para sermos o primeiro continente livre da Aftosa", afirmou.

Ela comentou que a elevação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para combustíveis e a elevação da mistura de etanol na gasolina são vitórias do governo nesse início de gestão.

Ministro e parlamentares discutem políticas públicas para agricultores, assentados e comunidades tradicionais. Ranyelle Andrade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 10/02/2015

Políticas de fomento à agricultura familiar, bem como ações que garantam mais infraestrutura e tecnologia aos assentamentos da reforma agrária, ganharam destaque durante o encontro do ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, com lideranças do atual Núcleo Agrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Na reunião, realizada nesta terça-feira (10), em Brasília, o ministro salientou a importância da cooperação permanente entre a pasta e o núcleo, acrescentando que as ações propostas pelos parlamentares já estão entre as prioridades da nova gestão. "Temos desafios pela frente e cada um de nós exerce um papel fundamental. Por isso, a postura do MDA é manter as portas abertas, para debater e somar com núcleos, movimentos e entidades ligados às políticas que o ministério defende", explicou.

O grupo, formado por 17 deputados federais, realçou a relevância de projetos

que visam auxiliar povos e comunidades tradicionais, para que estes possam produzir alimentos de qualidade, com regularidade e quantidade suficiente. "Foi um encontro muito positivo, que demonstra o compromisso do Governo Federal e da Câmara com a qualidade de vida no campo. Essa é uma parceria que pode proporcionar muitos benefícios para a sociedade", finalizou o coordenador do Núcleo Agrário, Padre João (PT/MG).

Trabalhadores rurais do setor sucroalcooleiro fecham pauta para negociar Convenção Coletiva – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 25/02/2015

Trabalhadores rurais do setor sucroalcooleiro de Goiás partem agora para uma fase importante na luta por melhores salários e condições de trabalho: o fechamento de pauta da 31ª Convenção Coletiva. Após a realização de mais de 25 assembleias por todo o estado, eles reúnem-se nesta quarta e quinta-feira, dias 25 e 26 de fevereiro, para unificar as propostas. Essa pauta vai ser debatida, posteriormente, com os representantes das usinas de álcool e açúcar. A atividade ocorre no Hotel Fazenda Estância Park, em

Anápolis.

A Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado de Goiás (Fetaeg), juntamente com mais de 40 sindicatos, representa cerca de 35 mil assalariados rurais que trabalham no setor sucroalcooleiro. Além dos cortadores de cana-de-açúcar, há também os empregados que estão nos pátios das agroindústrias e em escritórios, como técnicos agrícolas, topógrafos, encarregados rurais, operadores de máquinas, dentre outros.

Nesta quarta-feira, os dirigentes sindicais e a diretoria da Fetaeg discutem o percentual de reajuste que irão negociar com a bancada patronal. Na oportunidade, também irão debater sobre terceirizações, horas in itinere (o tempo gasto pelo empregado para ir e voltar do local de trabalho), alimentação, insalubridade e fornecimento de EPI.

O secretário de Assalariados da Fetaeg, José Maria de Lima, avalia que as assembleias nos municípios foram proveitosas e que esse momento de unificação de propostas é essencial. “Partimos, agora, para o fechamento da pauta para a negociação com os patrões. Como já é de costume e acontece todos os anos, os usineiros estão reclamando e alegam crise financeira, mas acreditamos que o setor tem potencial para fazer uma boa negociação. De forma alguma abriremos mão de conseguir levar mais dignidade e melhores condições de trabalho para a categoria”, conclui José Maria.

Fumageiras desmancham setor, denuncia FETAG-RS – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 26/02/2015

A Comissão Estadual do Fumo da FETAG-RS esteve reunida hoje (26), na sede da Federação, em Porto Alegre, para avaliar os rumos da comercialização da safra 2014/2015. A Região Sul do Estado ainda apresenta 30% da safra plantada e pouco mais de 10% comercializado. O presidente da Fetag, Carlos Joel da Silva, lembra que a representação dos produtores conseguiu assinar o protocolo apenas com a Souza Cruz, a Philip Morris e a CTA (CTA Continental Tobaccos Alliance), o que causou bastante apreensão com as demais fumageiras.

“Elas não adotaram tabela única e estão pagando diferentemente de anos anteriores. Com tabela diferenciada, remuneraram melhor as classes “B” e “T”, em detrimento das demais, que recebem pela tabela da safra passada. As indústrias estão desmanchando o setor, que antes discutia e encontrava o caminho para a solução de seus problemas”, lamenta.

Em função desse contexto, Joel explica que a Comissão da FETAG-RS decidiu iniciar uma nova estratégia de ação, que vai começar pelos municípios, trabalhando ao lado do produtor, no sentido de que ele tenha a compreensão de que plante somente aquilo que disponha de mão de obra e lenha na propriedade. “Vamos reduzir o tamanho da safra, pois hoje existe um excedente de tabaco cultivado. Não podemos permitir que as indústrias orientem o fumicultor a plantar em demasia, pois logo em seguida ela vai arrochar na classificação e desta forma terminar com qualquer possibilidade de ganho. Chegou o momento do produtor enxergar que reduzindo a área plantada poderá até mesmo ganhar mais, através do incremento da rentabilidade”, justifica.

A Comissão vai propor às demais entidades representativas dos produtores dos três estados e Afubra uma visita no dia 5 de março às indústrias, em Santa Cruz do Sul, que não assinaram o protocolo. “A intenção é discutir todas as questões que preocupam o segmento e, ainda, cobrar o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) que as indústrias assinaram com o Ministério Público, onde consta que, pelo menos, o custo de produção deve ser repassado aos agricultores, entre outras obrigações, o que sequer vem ocorrendo. Caso o descumprimento persista, essas empresas poderão ser denunciadas ao MP”, adverte.

No dia 7 de março, a Comissão do Fumo vai trabalhar uma programação para iniciar na segunda quinzena do mês, um acompanhamento nas esteiras da venda do fumo. Joel adianta que caso todas essas ações não apresentem os resultados esperados, no final de março, durante a assembleia geral da FETAG-RS, poderão ser decididas ações mais fortes nas portas das fumageiras.

Já nos dias 28 e 29 de maio deverá ocorrer um seminário para debater a cadeia fumageira no Rio Grande do Sul. Caso as Federações de Santa Catarina e do Paraná manifestem interesse em participar, o evento será em âmbito interestadual. A intenção é trazer as representações dos produtores, Federações, Afubra, Sinditabaco, Associação Internacional dos Produtores de Tabaco, Associação dos Prefeitos em Defesa do Tabaco, bem como entidades oficiais.

“Precisamos discutir a cadeia como um todo, qual o tamanho da safra, a mecanização das lavouras e a políticas das empresas, bem como a relação entre a representação dos produtores e indústrias para que possamos trabalhar com êxito e respeito”, completa.

FETRAF/ BRASIL realiza oficina para qualificar e ampliar as ações de Crédito Fundiário – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (FETRAF). 26/02/2015

Técnicos qualificados para agilidade em novas contratações. Esse é o Objetivo da FETRAF/BRASIL e do PNCF.

Nivelar o conhecimento técnico e operacional sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e, dessa forma, fortalecer a participação social nas ações de mobilização, difusão, qualificação das famílias e acompanhamento das propostas, dando mais qualidade e agilidade às novas contratações do PNCF.

Esse é o objetivo da Oficina Nacional de Operacionalização do PNCF, promovida pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FetraF-Brasil), que reúne em Brasília, nesta quarta (25) e quinta-feira (26), coordenadores e técnicos da federação. Durante os dias de programação os participantes irão aprofundar seus conhecimentos sobre os normativos operacionais e sistemas que integram o PNCF, como: SREDE (Sistema de Rede de Apoio), SIMON (Sistema de Monitoramento de Projetos); SIGCF (Sistema de Informações Gerenciais do Crédito Fundiário) e SMMT (Sistema de Monitoramento do Mercado de Terras).

Previsto no convênio firmado entre a Fetraf/Brasil e a Secretaria de Reordenamento Agrário do MDA, o evento conta com a participação do Diretor do PNCF, Francisco

Ribeiro; do presidente da Fetraf/Brasil, Marcos Rochinski; além de coordenadores e técnicos da Federação e da SRA.

Com esta ação a Fetraf /Brasil reafirma a importância da política de Crédito Fundiário como instrumento de combate a pobreza, de sucessão e de consolidação da agricultura familiar.

FETAG-RS manifesta posição sobre paralisação dos caminhoneiros – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 26/02/2015

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul – FETAG-RS, em relação à paralisação dos caminhoneiros, manifesta-se conforme segue:

Toda a sociedade, neste momento, deverá fazer uma profunda reflexão sobre a crise do setor produtivo e de serviço que sofrem severos impactos com os aumentos de combustível, energia elétrica, entre outros.

O setor leiteiro há meses vive uma crise jamais experimentada. Empresas em processo de falência ou recuperação judicial estão deixando milhares de agricultores familiares sem receber pela entrega da produção. As que ainda estão operando encontram-se com produto estocado sem ter destino. Aqueles produtores que ainda conseguem vender, além de ter que cumprir com rigorosas exigências sanitárias para produzir, recebem preços baixíssimos pelo produto. A situação piora na medida em que aumenta o preço dos insumos, a energia elétrica e o óleo diesel e combustíveis em geral. O agricultor sequer possui estradas em condições para trabalhar e trafegar com segurança.

Assim, alguns pontos de pauta dos caminhoneiros, que estão mobilizando e gritando por melhores condições de trabalho, são também pauta da organização dos trabalhadores rurais, coordenada em segundo grau pela FETAG-RS. Portanto, esta Federação considera justa e legítima a bandeira defendida pelo setor de transportes.

Entretanto, instalou-se no meio rural, especialmente pelos agricultores familiares, uma grande preocupação.

Conforme noticiado nos veículos de comunicação e trazidos ao conhecimento da FETAG-RS, muitos produtores, em especial de leite, estão tendo que colocar fora toda a produção por falta de transporte. Ainda o setor de suínos e aves preocupam-se com a alimentação dos animais, pois o abastecimento de ração não está mais chegando na propriedade.

A FETAG-RS, em conjunto com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, na oportunidade em que apoia o movimento dos caminhoneiros, solicita a sensibilidade de seus organizadores para a liberar o tráfego de cargas vivas, produtos perecíveis e alimentação dos animais.

É URGENTE que as autoridades governamentais em todos os seus níveis, tanto municipal, estadual, federal e em todas as suas esferas busquem soluções imediatas, evitando que se instale um caos, com prejuízos irreversíveis a todo o setor produtivo e

de serviço, como o caso dos agricultores familiares e caminhoneiros. É o momento de pensar em toda a sociedade civil que está prestes a não ter mais alimentos à sua mesa. A sociedade igualmente deverá ser solidária com os problemas sentidos e vividos pela agricultura familiar, que neste momento exige providências por parte dos governantes.

Miguel Rossetto, Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, recebe a FETRAF/BRASIL – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 27/02/2015

Problemas que afetam o meio rural pautaram a audiência com o Governo.

A direção da FETRAF-BRASIL foi recebida nesta quinta-feira, 26, pelo Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República Miguel Rossetto e o secretário executivo Laudemir Muller. Dentre os assuntos abordados, foram apresentadas pela Federação, preocupações da atual conjuntura dos agricultores que inclui a paralisação dos caminhoneiros, crise do leite na região sul, a seca no nordeste e a liberação de recursos para o PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural). A jornada de lutas que acontecerá nos próximos meses também foi mencionada. O governo destaca a importância de um encontro entre a Federação e a Presidenta Dilma Rousseff e aguarda a avaliação da pauta discutida ainda nos próximos dias.

Pesquisas para agricultura familiar são apresentadas em evento da CONTAG. Dulcivania Freitas – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 27/02/2015

A Embrapa participa da Jornada Temática da Organização da Produção e Meio Ambiente, evento realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), no período de 24 a 27 deste mês, no Hotel Rio Mar, em Macapá (AP). O principal objetivo do evento é capacitar os participantes para potencializar o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário como principal bandeira do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na melhoria da realidade dos trabalhadores da agricultura familiar.

A programação consta de palestras e mesas-redondas seguidas de debates, grupos de trabalho e elaboração de uma agenda de trabalho. A abertura aconteceu na manhã de terça-feira, 24/2, no Hotel Rio Mar, reunindo dirigentes da Contag, da Fettagrap, de sindicatos de trabalhadores rurais do Amapá, Pará e Tocantins, e representantes das diversas instituições parceiras do evento, entre eles a pesquisadora Ana Euler e o analista de transferência de tecnologia da Embrapa Amapá, Gustavo Castro.

Pesquisa Agropecuária - A partir das 14 horas desta quarta-feira, 25/2, o pesquisador Zare Augusto Brum Soares, do Departamento de Transferência de Tecnologia (DTT), da sede da Embrapa, e o chefe de Transferência de Tecnologia da Embrapa Amapá, Nagib Jorge Melém Junior, farão uma apresentação na mesa-redonda intitulada "O Papel da Pesquisa Agropecuária no Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar e a Política da Territorialidade", moderada pela Contag. Na oportunidade, serão expostas as ações e projetos da Embrapa vinculados à agenda do desenvolvimento regional, tendo por foco a agricultura familiar na região amazônica. Esta mesa é voltada

a promover o debate sobre o papel da Embrapa na aproximação do seu foco de pesquisa com a realidade da agricultura familiar nos territórios, conforme prevê o acordo de cooperação técnica firmado com a Contag em 2012.

Como parte da programação, no primeiro dia do evento foram divulgadas as atividades do calendário 2015 da Contag, como o 3o Festival da Juventude Rural (abril), o 21o Grito da Terra Brasil (maio), a 5a Marcha das Margaridas (agosto) e a 3a Plenária Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (novembro). Na tarde de terça-feira, 24/2, a equipe regional da Contag apresentou painéis sobre a contextualização do rural brasileiro e implicações no Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais; e A Política de Desenvolvimento Territorial e o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Na manhã desta quarta-feira, 25/2, o painel tem como tema Mudanças na organização produtiva e a crescente demanda ambiental.

Na etapa do planejamento da estratégia de atuação regional, a Contag e instituições parceiras vão mapear e qualificar as organizações (associações, cooperativas, sindicatos, Oscips, entre outras) da agricultura familiar e levantar principais desafios e oportunidades na atuação territorial; construir estratégias de atuação conjunta para superar desafios e fortalecimento da agricultura familiar; mapear e qualificar as organizações político-sociais-econômicas da Agricultura Familiar nos Territórios, por unidade da federação para definir linhas de ação; relacionar os principais desafios e as oportunidades; e elaborar o Planejamento a partir dos desafios e experiências apresentadas anteriormente. Para realizar esta atividade os participantes serão distribuídos em 3 grupos. Na manhã do terceiro dia do evento, será elaborada a agenda de compromissos com atribuições estadual e regional. O evento conta também com a participação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES).

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa